

Debate destaca importância de prevenção do abuso de álcool

☐ *Monitoramento de programas preventivos com foco nos adolescentes é apontado como indispensável para reduzir o consumo*

A necessidade de se monitorar os programas de prevenção do consumo de bebidas alcoólicas entre adolescentes, para avaliar seus reais impactos, foi um dos destaques no plenário da Assembleia Legislativa, na última sexta-feira (24), durante o Debate Público Álcool não é Brincadeira. Os participantes também reforçaram a importância de oferecer tratamento, e não punição, aos usuários de drogas e falaram sobre o papel do jornalismo no âmbito das ações de prevenção.

Encontro reforçou a proposta de oferecer tratamento, e não punição, aos usuários de drogas

No painel sobre boas práticas em prevenção ao uso/abuso de drogas, a professora do curso de Medicina das Faculdades Integradas da União Educacional do Planalto Central (Faciplac), psicóloga Raquel Turci



Discussão no plenário da Assembleia reuniu parlamentares e estudiosos do tema

Pedroso, ressaltou que é preciso avaliar os programas e ações. “Definimos nossas estratégias como preventivas porque olhamos para suas intenções, não temos de fato comprovações científicas de que elas funcionem como preventivas”, afirmou.

Ela citou o Programa Educacional de Resistência às Drogas (Proerd), da Polícia Militar, cujo único estudo sobre o projeto, segundo a psicóloga, conclui que ele é ineficiente. Raquel afirmou, ainda, que ações que tenham

como foco palestras de dependentes químicos em escolas têm, de acordo com a maioria das pesquisas, o resultado inverso ao pretendido: acabam induzindo ao consumo. Para ela, é preciso, portanto, monitorar os programas durante todo o processo: antes, durante e após sua implantação.

O deputado Antônio Jorge (PPS) concordou e afirmou que é necessário estar atento à efetividade dos programas. O parlamentar reforçou a importância de se

criar uma cultura que valorize outros prazeres, além da bebida alcoólica.

PREVENÇÃO - Raquel Pedroso destacou que prevenção é educação e isso envolve reconhecer a liberdade individual de pensamento e o contexto. “Não adianta dizer que droga mata e o adolescente descobrir, no primeiro trago ou no primeiro gole, que não é bem assim”, reforçou. “O contexto é fundamental. Não podemos afirmar que o esporte é sempre promotor de saúde quando a cervejinha depois de cada campeonato é a regra”, analisou.

A tendência punitiva adotada com usuários de drogas ilícitas também foi avaliada negativamente pela psicóloga. Ela lembrou que enquanto a legislação penal tenta aumentar as punições e acaba levando cada vez mais usuários para a prisão, por outro lado as políticas de saúde mental querem acabar com instituições como manicômios.

O presidente do Conselho Estadual de Política sobre Drogas, Aloísio Andrade, reforçou que é necessário tratar o abuso de qualquer droga como problema de saúde e que o encarceramento em massa não é a solução. Ele também julgou necessário revisar a legislação, que considerou permissiva, com propagandas de bebidas com teor alcoólico menor que 13 graus, o que abarca cervejas e vinhos.

Mídia tem papel fundamental

No painel Papel da Mídia na Prevenção, a jornalista Érica Toledo lembrou que a maior parte da programação midiática é composta por entretenimento e, nesse conteúdo, não há espaço para discussões aprofundadas sobre o abuso de bebidas alcoólicas, por se tratar de um assunto que causa desconforto.

Para ela, o espaço de discussão do assunto é o jornalismo, mas ela acredita que há um descompasso entre o que a imprensa veicula e a realidade. “O maior problema do ponto de vista epidemiológico é o álcool, mas os jornais só falam do crack”, exemplifica.

Já a jornalista Déborah Rajão citou o programa Minas Contra as Drogas, da Rádio

Inconfidência, comandado por ela, que recebe especialistas semanalmente para discutir o assunto. Ela defendeu a importância de se criar mais espaços como esse nos veículos de comunicação.

LEVANTAMENTO - A professora, pesquisadora e coordenadora do Programa de Pós-Graduação em Genética da Universidade Federal (UFMG), Ana Lúcia Brunialti Godard, apresentou dados de levantamento realizado pelo programa que coordena na UFMG sobre a ligação da restrição da propaganda de bebida alcoólica à redução do consumo de álcool.

Segundo Ana, de acordo com o estudo, a França, conhecida por sua grande produção e comercialização de vinhos, obteve resultados “extremamente importantes” na redução do consumo de álcool a partir de 1991, quando foi editada a lei do vinho, que praticamente proibiu a propaganda de bebida alcoólica no país.

Desde então, para se exibir propaganda de bebidas alcoólicas naquele país, o fabricante tem que pedir autorização ao Parlamento. Mesmo assim, a propaganda é proibida em canal aberto, em canais cuja programação é dedicada aos jovens, em outdoors localizados próximo a escolas, estádios e

pontos de grande concentração. Além disso, a lei não permite que a propaganda associe o consumo de álcool ao sucesso, ao bem-estar ou à qualidade de vida, disse.

A Escócia, famosa pela fabricação de uísque, também foi citada por Ana. Segundo ela, desde 2009, quando passou a ter maior restrição à propaganda, com a proibição de promoções do tipo “compre dois e leve três” ou “na terça-feira o segundo copo é de graça”, o consumo de bebida caiu 3,2%.

Na contramão dos exemplos citados estaria o Reino Unido, onde não há nenhuma lei restritiva e a curva de consumo é ascendente, observou a pesquisadora.

PÁGINA PREPARADA PELA GERÊNCIA DE JORNALISMO DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MINAS GERAIS

MINAS GERAIS
GOVERNO DE TODOS

PODERES DO ESTADO
Executivo
GOVERNADOR FERNANDO PIMENTEL
Legislativo
DEPUTADO ADALCLEVER LOPES
Judiciário
DESEMBARGADOR PEDRO C. BITENCOURT MARCONDES

Secretário de Estado de Casa Civil
e de Relações Institucionais
MARCO ANTÔNIO REZENDE TEIXEIRA

Diretor-Geral da Imprensa Oficial
EUGÊNIO FERRAZ